



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**Licenciatura
2014-2015**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I A ACÇÃO DECLARATIVA

(3.º ANO- TURMA NOITE)

REGÊNCIA: ISABEL ALEXANDRE

Equipa docente: Isabel Alexandre e Pedro Madeira de Brito

A) PROGRAMA¹ E CRONOGRAMA² DAS AULAS TEÓRICAS

1.ª aula

Apresentação da disciplina, indicação de bibliografia e outros elementos de estudo e avaliação

2.ª aula

1. Introdução ao Processo Jurisdicional
2. Noção de Processo
3. Os Elementos do Processo

3.ª aula

4. O Direito Adjectivo e o Direito Instrumental
5. As Fontes do Direito Processual Civil
6. As Recentes Reformas Legislativas: Um Novo Código de Processo Civil?

4.ª aula

7. A Ciência do Direito Processual Civil
8. Os Sujeitos do Processo
9. O Objecto do Processo
10. A Acção e o Processo Civil: As Diferentes Espécies de Acções
11. A Acção Declarativa: Subespécies

¹ O programa corresponde, salvo uma ou outra alteração de pormenor, ao adoptado na mesma disciplina no ano lectivo de 2013-2014, então sob a regência do Professor Doutor José Luís Ramos, que também assumirá a regência de Direito Processual Civil II no presente ano lectivo.

² Deixaram-se propositadamente sem conteúdo 3 aulas teóricas – no pressuposto de que, neste semestre, serão 28 –, de modo a acomodar eventuais interrupções para actividades de avaliação e/ou de revisão de conteúdos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

12. As Formas de Processo

5.ª aula

- 13. Os Princípios Estruturantes do Processo Civil
- 14. A Dimensão Constitucional do Processo Civil
- 15. O Acesso à Justiça
- 16. O Princípio da Equidade
- 17. O Princípio da Igualdade de Armas
- 18. O Princípio do Contraditório

6.ª aula

- 19. O Princípio Dispositivo
- 20. O Princípio do Inquisitório
- 21. O Dever de Gestão Processual
- 22. O Princípio da Cooperação
- 23. O Dever de Boa Fé Processual e de Recíproca Correção

7.ª aula

- 24. O Princípio da Legalidade
- 25. A Estrutura do Processo Civil
- 26. Os Actos Processuais. Os Actos do Tribunal
- 27. Os Actos das Partes: Actos Constitutivos e Actos Postulativos

8.ª aula

- 28. Os Pressupostos dos Actos
- 29. A Falta de Pressupostos: Consequências
- 30. Os Prazos Processuais
- 31. A Revogabilidade
- 32. As Nulidades Processuais

9.ª aula

- 33. Os Pressupostos Processuais
- 34. Condições de Admissibilidade e Condições da Acção
- 35. Pressupostos Positivos e Pressupostos Negativos
- 36. Os Pressupostos Relativos às Partes e os Pressupostos Relativos ao Tribunal

10.ª aula

- 37. A Competência do Tribunal
- 38. Os Tribunais Comuns e os Tribunais Especiais
- 39. Os Tribunais Estaduais e os Tribunais Arbitrais
- 40. Os Tribunais Arbitrais Permanentes e os Tribunais Arbitrais Eventuais
- 41. Os Tribunais Arbitrais Voluntários e os Tribunais Arbitrais Necessários
- 42. A Arbitragem Voluntária
- 43. A Natureza Jurídica da Arbitragem

11.ª aula

- 44. As Categorias de Tribunais Estaduais
- 45. Os Tribunais Judiciais
- 46. O Supremo Tribunal de Justiça



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 47. O Tribunal da Relação
- 48. O Tribunal de Primeira Instância

12.^a aula

- 49. Os Julgados de Paz
- 50. A Competência dos Julgados de Paz
- 51. A Competência Exclusiva ou Alternativa dos Julgados de Paz
- 52. Os Conflitos de Competência e os Conflitos de Jurisdição
- 53. O Tribunal de Conflitos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

13.ª aula

- 54. Os Elementos do Tribunal: O Juiz, o Ministério Público, a Secretaria
- 55. O Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos Magistrados do Ministério Público
- 56. Os Impedimentos e as Suspeições
- 57. A Responsabilidade dos Magistrados

14.ª aula

- 58. A Competência dos Tribunais Comuns
- 59. A Divisão Territorial
- 60. Os Tipos de Tribunais de Comarca
- 61. A Competência em Razão da Matéria

15.ª aula

- 62. A Competência em Razão da Hierarquia
- 63. A Competência em Razão do Valor da Causa

16.ª aula

- 64. A Competência em Razão do Território
- 65. Os Pactos de Competência
- 66. Pactos de Competência e Pactos de Jurisdição

17.ª aula

- 67. A Competência Internacional
- 68. A Competência Internacional Directa

18.ª aula

- 69. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 44/2001 de 22 de Dezembro
- 70. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 2201/2003 de 27 de Novembro

19.ª aula

- 71. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 4/2009 de 18 de Dezembro de 2008
- 72. O Controlo de Competência nos Regulamentos CE
- 73. As Regras de Competência Internacional no Direito Interno Português
- 74. As Garantias da Competência: A Incompetência Absoluta e a Incompetência Relativa

20.ª aula

- 75. A Parte Processual
- 76. A Personalidade Judiciária
- 77. A Capacidade Judiciária



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

21ª aula

- 78. A Incapacidade Judiciária em Sentido Amplo e em Sentido Restrito. Em particular, a Irregularidade de Representação
- 79. O Patrocínio Judiciário

22ª aula

- 80. A Legitimidade Processual
- 81. O Interesse em Agir
- 82. A Legitimidade Processual (cont.). A Legitimidade Singular
- 83. A Concretização da Legitimidade nas Acções Declarativas

23ª aula

- 84. A Legitimidade Singular e a Legitimidade Plural
- 85. O Litisconsórcio Voluntário
- 86. O Litisconsórcio Necessário

24ª aula

- 87. O Litisconsórcio Unitário e Não Unitário
- 88. O Litisconsórcio Subsidiário e Alternativo
- 89. Efeitos da Preterição de Litisconsórcio Necessário

25ª aula

- 90. A Coligação
- 91. Obstáculos à Coligação
- 92. As Consequências da Coligação Ilegal
- 93. Litisconsórcio Inicial e Litisconsórcio Sucessivo

B) BIBLIOGRAFIA³ (por ordem alfabética)

ALEXANDRE, Isabel, “Representação do Estado Português em acções civis”, in Revista do Ministério Público, A. 33, nº 131 (Jul.-Set. 2012), pp. 9-47;

– “O dever de gestão processual do juiz na proposta de lei relativa ao novo Código de Processo Civil”, in *Caderno I – O Novo Processo Civil – Contributos da doutrina para a compreensão do novo Código de Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários, Dezembro de 2013 (<http://www.cej.mj.pt/cej/home/home.php>), pp. 85-110.

ANDRADE, Manuel de, *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1979.

BRITO, Pedro Madeira de, “O novo princípio da adequação formal”, in *Aspectos do novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997.

³ A bibliografia corresponde, salvo uma ou outra alteração de pormenor, à indicada na mesma disciplina no ano lectivo de 2013-2014, então sob a regência do Professor Doutor José Luís Ramos, que também assumirá a regência de Direito Processual Civil II no presente ano lectivo.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CAPPELLETTI, Mauro, *Processo, ideologias e sociedade*, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 2010.
- CASTRO, Artur Anselmo de, *Direito Processual Civil Declaratório*, Coimbra, 1981/1982.
- CORDEIRO, António Menezes, *Litigância de má fé, abuso do direito de ação e culpa “in agendo”*, 3ª ed., Almedina, 2014.
- CORREIA, João, “Reformar o C.P.C. para quê?”, in *Julgar / Associação Sindical dos Juizes Portugueses*, Nº 16 (Jan.-Abr. 2012), p. 131-135.
- CORREIA, João, PIMENTA, Paulo, e CASTANHEIRA, Sérgio, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra, 2013.
- Debate “A Reforma do processo civil”*, Revista do Ministério Público, 2012.
- DIDIER Jr., Fredie, *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*, Salvador, Juspodium, 2012;
- *Fundamentos do Principio da Cooperação no Direito Processual Civil Português*, Coimbra, Wolters Kluwer, 2010.
- DINAMARCO, Cândido, *Nova Era do Processo Civil*, 4ª ed., São Paulo, 2013.
- FARIA, Paulo Ramos de, e LOUREIRO, Ana Luísa, *Primeiras Notas ao novo Código de Processo Civil*, Coimbra, 2013.
- FERREIRA, Cardona, *Julgados de Paz, Organização, Competência e Funcionamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001;
- “Julgados de Paz: Cidadania e Justiça: Do Passado, pelo Presente para o Futuro”, in *ROA*, nº 23, pp. 42-66.
- FREITAS, José Lebre de, “Sobre o conceito de acto processual” in *Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol. II, Coimbra, 2012, p. 149-164;
- *Introdução ao processo civil: Conceito e princípios gerais à luz do novo código*, 3ª ed., Coimbra Editora, 2013;
- *A ação declarativa comum: à luz do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra Editora, Coimbra, 3ª ed., 2013.
- FREITAS, José Lebre de, REDINHA, João, e PINTO, Rui, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 1, Coimbra Editora, Coimbra, 1999.
- FREITAS, José Lebre de, MACHADO, A. Montalvão, e PINTO, Rui, *Código de Processo Civil anotado*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.
- GERALDES, Abrantes, *Temas da reforma do processo civil*, IV vols., Coimbra, Almedina, 2010;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Temas da nova reforma do processo civil”, in: Julgar/Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Nº 16 (Jan-Abr 2012), pp. 47-97;
- “O memorando de entendimento e a reforma do processo civil”, in Revista da Ordem dos Advogados, 2011, ano 71, vol. IV, pp. 976-992.
- FERNANDEZ, Elisabeth, e GONÇALVES, Marco, *Direito Processual Declarativo*, Coimbra, 2008.
- GOUVEIA, Mariana França (et. al.), *Justiça económica em Portugal*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012 – Vol 1/6: Novo modelo processual – 2012 – 111 p.; Vol 1/3: O sistema judiciário – 2012 – 362 p.; Vol 2/3: Factos e números – 2012. – 249p.; Vol. 2/6 – Gestão processual e oralidade. – 2012.- 92p; Vol. 3/3: Síntese e propostas – 2012 – 69 p.; Vol. 3/6: Produção e prova. – 2012 – 92 p.; Vol. 4/6: A citação do réu no processo civil. – 2012 – 69 p.; Vol 6/6: Meios de resolução alternativa de litígios. 2012. – 72 p..
- HENRIQUES, Sofia, *Os pactos de jurisdição no regulamento (CE) nº 44/2001*, Coimbra Editora, 2006.
- LOPES, José Mouraz, “Gestão processual: tópico para um incremento da qualidade da decisão judicial”, in Julgar, Nº 10 (Jan-Abr. 2010), p.139-149.
- MACHADO, A. Montalvão/PIMENTA, Paulo, *O Novo Processo Civil*, Coimbra, 2007.
- MARQUES, João Paulo Remédio, *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.
- MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil*, Lisboa, AAFDL,1986/1987
- PEREIRA, Diogo Filipe, *Interesse Processual na Acção Declarativa*, Coimbra, 2011.
- PICO, I Junoy, Joan, *El principio de la buena fe procesal*, 2ª ed., Barcelona, Bosch, 2013.
- PIMENTA, Paulo, “Tópicos para a reforma do processo civil português”, in: Julgar/Associação Sindical dos Juízes portugueses, Nº 17 (Maio-Ago. 2012), p.109-134;
- *Processo civil declarativo*, Almedina, 2014.
- PINTO, Rui “O processo civil português: diagnóstico e cura: um exercício de teoria pura, in: Julgar/Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Nº 17 (Maio-Ago.2012), pp.135-149;
- “Critérios Judiciais de Convolação Não Homogénea pelo Artigo 16º do Regime Processual Experimental”, in *Colectânea de Estudos de Processo Civil*, Coimbra, 2013, pp. 27-68.
- RAMOS, José Luís Bonifácio, “Questões Relativas à Reforma do Código de Processo Civil”, in *O Direito*, ano 144º, III, 2012, pp. 569-598;
- “Desígnios do “novo” Código de Processo Civil português”, in *O Direito*, ano 145º, IV, 2013, pp. 797-816.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

REGO, Carlos Lopes do, “Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso: o modelo de acção declarativa”, in: *Julgar/Associação Sindical dos Juizes Portugueses*, Nº 16 (Jan-Abr. 2012), p. 99-129.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I, 1948 (reimp. 1982), vol. II, s.d. (reimp. 1981), vol. III, 1950, vol. IV, 1951 (reimp. 1987), vol. V, 1952 (reimp. 1984) e vol. VI, 1953 (reimp. 1984), Coimbra Editora, Coimbra;

– *Comentário ao Código de Processo Civil I*, 1960, vol. II, 1945 e vol. III, 1946, Coimbra, Coimbra Editora, 1946;

– *Processos Especiais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955/1956 (reimp. 1982).

SILVA, Paula Costa e, *Acto e Processo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

– *A Litigância de Má Fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;

– “O Manto Diáfano da Personalidade Judiciária” in *Estudos em Honra do Professor Oliveira Ascensão*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 1869-1899;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Algumas Alterações de Fundo no Sistema Processual Civil” in *Cadernos de Direito Privado*, nº 28, Outubro/Dezembro, 2009, pp. 23 e segs.;
 - “De Minimis Non Curat Praetor: O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias” in *Estudos em Homenagem ao Professor Paulo de Pitta e Cunha*, Vol. III; Coimbra, 2010, pp. 287-301;
 - “Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de JANUS”, in *Revista de Legislação Legislativa – Brasília*.- A.48, nº 100 (Abr.-Jun. 2011), p. 137-149.
- SOUSA, Miguel Teixeira de, – *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa, Lex, 1995;
- *Estudos sobre o novo Processo Civil*, Lisboa, Lex, 1997;
 - *A Nova Competência dos Tribunais Cíveis*, Lisboa, Lex, 1999;
 - *Introdução ao Processo Civil*, Lisboa, Lex, 2000;
 - “As Recentes Alterações na Legislação Processual Civil”, in *ROA*, 61 (2001), 49-99.
 - “Sobre a Qualidade de Parte Processual”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. I, 2002, pp. 823-834;
 - *A Legitimidade Popular na Tutela dos Interesses Difusos*, Lisboa, 2003.
 - “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito Processual Civil”, in *XXV Anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, Coimbra, 2009, pp. 67-91.
- VAZ, Alexandre Pessoa, *Direito Processual Civil. Do Antigo ao Novo Código*, Coimbra, 2002.